

Nota de apresentação: Assis Brasil e o ensaio de liberalismo orgânico

[Extraído de: *Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política*. Cristina Buarque de Hollanda, organização, introdução e notas. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2011, pp. 11-21]

A novidade da República no Brasil não escapou à experiência de desordem da cena pública. As crises de sucessão política que inauguraram o novo regime expuseram a fragilidade do seu arranjo formal. Pouco antes da passagem ao século XX, o improvisado de ordem que nasceu do ajuste político de Campos Sales baseou-se no sacrifício dos princípios da representação liberal, estranhos à socialização política brasileira. O vínculo frouxo ou mesmo inexistente entre votos e mandatos manteve o povo como ator político marginal e confinou a reprodução das casas legislativas e executivas aos quadros de poder já constituídos.

Este desenho da vida pública não esterilizou, contudo, a reflexão sobre a política. Em meio a uma prática política autoritária, os debates sobre os modos de conduzir a cena pública foram profusos. Mesmo a cena parlamentar acolheu expressão política sensível, sem alinhamento necessário com a situação. Marginais na definição dos contornos de fato da política, as casas legislativas sediaram, nas primeiras décadas da República, um laboratório de reflexão sobre a nação. A fala aparentemente estéril nas tribunas resultou em produção legislativa com escasso impacto institucional imediato, mas com notável efeito de elucidação sobre as bases do pensamento político à época. De forma fragmentada e pouco sistemática, ali foram antecipados e debatidos temas chave da política no pós-30. Os ensaios de crítica e justificação política da relação simbiótica e extra-formal entre estados e oligarquias extrapolou o ambiente parlamentar e mobilizou intelectuais e políticos em fóruns variados.

Joaquim Francisco Assis Brasil (1858-1938), natural de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, foi um dos personagens que compôs o campo fértil do pensamento sobre a política em fins do século XIX e princípios do XX. Em reuniões estudantis, tribunas parlamentares, congressos partidários e outros lugares de circulação de intelectuais e políticos da época, dedicou-se à reflexão sobre os rumos da vida pública no país. Propagandista ardoroso em tempos do Império, imaginou a República e depois viveu e resistiu a seu desencantamento. Assis Brasil fez parte da geração que

elaborou e experimentou um dos desenhos possíveis do novo regime. Político longevo, participou ainda dos primeiros processos de reforma institucional. Sua presença nas duas primeiras constituintes republicanas – em 1891 e 1934 – marca este envolvimento com a *criação* e o *ajuste* do novo modelo.

Sua fala liberal dirigia-se ao povo que observava, ainda em nível incipiente de organização social, e vinha por isso mitigada por um ideário político estreitamente calcado na necessidade de ação criadora do Estado. Ao tratar da liberdade, associa o esforço de exegese conceitual à busca de tradução desta ideia em prática social. Para tanto, mostra-se particularmente sensível ao tema da igualdade. Na sua perspectiva, não haveria liberdade de fato em ambiente constituído pela má desigualdade, isto é, pela desigualdade que não nasce dos méritos e empenhos diferenciados, mas do vício particularista dos que se encontram em posição de distribuição de recursos e poderes. Visto que o personalismo não tem inscrição funda na formação do brasileiro, constitui desvio passível de ajuste. Sendo assim, o político dedica-se à reflexão sobre uma arquitetura institucional compatível com o que seria uma experiência social da liberdade. Em outras palavras, empenha-se em identificar as bases de um liberalismo orgânico para o país.

A partir de uma perspectiva sobretudo normativa, Assis Brasil descreve homens e mundos desejáveis – e também os caminhos para alcançá-los – diante dos impasses e equívocos da política. Típico personagem de um tempo que precede a delimitação do campo intelectual como coisa distinta do universo prático da política, Assis Brasil conjuga um e outro. Sua reflexão sobre a cena pública é sobretudo orientada pelo desejo de intervenção sobre ela.

O código eleitoral de 1932 é a principal expressão desta intenção intelectual. Ele nasceu de seus estudos sobre representação política editados em obra de 1893, *Democracia Representativa*. Quase quarenta anos depois, uma quarta edição revista e impressa em 1931 pela Imprensa Nacional serviu como justificação do autor ao texto do código. Os termos principais deste documento configuram as linhas gerais do paradigma eleitoral no Brasil contemporâneo.

Os estudiosos da República brasileira são normalmente sensíveis a estes personagens que transitaram nos campos da reflexão e da prática política. Quanto a Assis Brasil, foi objeto de biografias e coletâneas comentadas que organizam o acesso a sua obra política. Começo por citar o texto de exaltação produzido por Luis Felipe

de Castilhos Goycochêa e editado, em 1941, pela Academia Riograndense de Letras em volume que também reúne comentários biográficos sobre Eduardo de Araújo e Victor Russomano (*Eduardo de Araújo, Assis Brasil, Victor Russomano*. Rio Grande do Sul: Publicações de Academia Riograndense de Letras, 1941). Em seguida, menciono *O Pensamento Político de Assis Brasil*, de José Pereira Coelho de Souza (Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1958), obra em que os principais argumentos políticos do autor são apresentados de maneira sintética. Em 1962, João Camillo de Oliveira Torres dedicou parte de seu livro *O Presidencialismo no Brasil* ao tema do governo presidencial e do federalismo no Brasil (Rio de Janeiro, edições *O Cruzeiro*), tratando, entre outros personagens, do político gaúcho.

Nos anos 80 e 90, Assis Brasil inspirou capítulos de livro sobre o tema eleitoral no país. Maria D'Alva Kinzo, em *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil* (São Paulo: Símbolo Editora, 1980), dedica longo texto ao pensador político. Walter Costa Porto, sempre atento ao problema do voto e da representação política, tratou do pensamento político de Assis Brasil em *O Voto no Brasil: Da Colônia à Quinta República* (Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989), em verbetes do *Dicionário do Voto* (São Paulo: Editora Giordano Ltda., 1995) e em coletânea intitulada *Direito Eleitoral* (organizada por Carlos M. da Selva Velloso e Carmem Lúcia Antunes Rocha, editada pela Del Rey Editora, Belo Horizonte, em 1996).

Além de fragmentos de livro, Assis Brasil ainda figurou em trabalhos de maior fôlego. Em 1986, a coleção *esses gaúchos*, da editora Tchê, dedicou um volume ao político, de autoria de Pedro Luiz da Silveira Osório. Alguns de seus renomados colegas de geração, como Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos e Silveira Martins também inspiraram a série. Em 1990, Carlos Reverbel, que já havia editado fragmentos do diário da filha de Assis Brasil, Cecília de Assis Brasil, sobre a vida em família, redigiu texto sobre o autor, publicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No mesmo ano, Paulo Brossard organizou *Idéias Políticas de Assis Brasil*, que reúne as obras de maior projeção do pensador político, a saber: *Democracia Representativa: do voto e da maneira de votar* (1893), *Do Governo Presidencial da República Brasileira* (1896) e *Ditadura, Parlamentarismo e Democracia* (1908). Editada em dois volumes, esta coletânea é precedida de minuciosa narrativa sobre a vida e a obra do autor, com densa narrativa factual e analítica entremeada por citações integrais de cartas, manifestos, panfletos e outros documentos de interesse. Em 1995, Artheniza Weinmann Rocha, José Newton

Cardoso Marchiori e Luiz Gonzaga Brito de Almeida publicaram *Assis Brasil: Interpretações*, pela Universidade Federal de Santa Maria. Em 1998, Giusti Tavares editou *A Democracia Representativa na República* (Brasília: Senado Federal, 1998), volume que reúne, além dos textos editados por Paulo Brossard, *A República Federal* (1881), *Manifesto da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul* (1925) e *Discurso na Assembleia Constituinte* (1934), precedidos de longo e esclarecedor ensaio sobre a obra do autor, com ênfase no tema da representação política.

Nos anos 2000, Álvaro da Costa Franco, à frente da direção do Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre Gusmão, coordenou publicação da correspondência de Assis Brasil durante suas missões diplomáticas no exterior (*Assis Brasil: um diplomata da República*. Volumes I: Buenos Aires, Lisboa & Washington; Volume II: Buenos Aires e volta à diplomacia. Brasília, CHDD/Fundação Alexandre Gusmão, 2006). Trata-se de valioso material de pesquisa sobre a expressiva atuação do político junto ao Ministério das Relações Exteriores. No mesmo ano de 2006, a série *Perfis Parlamentares*, editada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, dedicou um volume a Assis Brasil. Além de minuciosos estudos biográfico e iconográfico assinados por Carmem Aita, o livro *Joaquim Francisco de Assis Brasil, perfil biográfico e discursos (1857-1938)* (Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2006) reúne dois discursos do autor na assembleia provincial do Rio Grande do Sul que também figuram neste volume.

Na presente antologia, os textos mais conhecidos e de mais fácil acesso ao público, reunidos nas coletâneas de Paulo Brossard e Giusti Tavares, foram excluídos em benefício da reprodução de discursos e conferências nunca publicadas, editadas em volumes de circulação restrita ou não reeditadas após publicação original. Isto significa que este volume recupera registros da oratória de Assis Brasil que permaneceram, nas últimas décadas, escassamente disponíveis para leitura em edições originais, nos anais das câmaras estadual e federal ou no arquivo pessoal do autor. Trazê-los novamente à vida tem o potencial de revelar parte do cotidiano político testemunhado e produzido por aquele pensador político. Se as obras mais extensas apresentam ao leitor reflexão mais detida e aprofundada sobre temas específicos da vida pública, os discursos e as conferências elucidam o tratamento da política no dia-a-dia.

Os textos que compõem este volume têm a oralidade como marca compartilhada. A notável clareza no argumento de Assis Brasil supera os prejuízos

eventuais do improviso em torno dos assuntos da hora. Embora mobilizem reflexões de fôlego sobre assuntos gerais, que extrapolam a consideração estreita das circunstâncias, as falas aqui reproduzidas vinculam-se, em níveis variados, ao momento político em que se inserem. Por este motivo considerei oportuno preceder cada discurso ou conferência de notas breves que reúnem informações sobre o cenário político e a biografia do autor no momento da fala, além de breves sínteses de conteúdo. Os leitores que não optarem por uma leitura linear do livro poderão orientar-se por estes roteiros.

Além das notas de introdução, que têm o propósito de mapear o argumento e as circunstâncias do discurso, as seções do livro estão pontuadas por textos de rodapé dedicados a esclarecer fatos e personagens mobilizados pelo político em sua fala. As referências a eventos históricos são variadas: incluem desde batalhas entre *maragatos* e *pica-paus* no Rio Grandes do Sul de fins do século XIX até marcos da história universal, como a primeira guerra mundial. Quanto às menções a pessoas, incluem companheiros de militância com importância marginal na política gaúcha e também personagens clássicos e variados da teoria e da prática política e social, como Platão, Aristóteles, Rousseau, Bismarck, Comte, Roosevelt, entre outros. Considerado este largo espectro, fatos e figuras notórias foram deliberadamente excluídos do meu esforço de esclarecimento. Optei pela produção de notas sintéticas sobre cenários e figuras das cenas gaúcha, nacional e internacional que são de pouco ou nenhum conhecimento geral. O limite por vezes tênue entre fatos e personagens pouco ou bem conhecidos terá resultado, contudo, em lacunas ou excessos de explicações. Em geral, preferi os excessos às lacunas, tendo em vista o objetivo de tornar a leitura acessível a um público mais amplo.

Parte significativa das notas referidas é de parlamentares com quem Assis Brasil interagiu nas tribunas provincial e federal, no Império e na República. Com o apoio inestimável das equipes do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e do Memorial Legislativo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul pude reconstituir a identidade destes deputados. As informações disponíveis sobre cada um deles são desiguais (variam em geral conforme a importância das suas trajetórias parlamentares) e as notas refletem esta assimetria. A partir da reconstituição destes personagens, muitos deles anônimos para o leitor contemporâneo, tive a intenção de compor o ambiente político em que circulou Assis Brasil.

Ainda a respeito das notas de rodapé, também podem servir de apoio aos leitores não lineares, pois incluem referências cruzadas entre as seções. Isto é, elas remetem o leitor a discursos da coletânea que possam esclarecer ou dar mais elementos para o tratamento de algum tema específico, iluminando, por vezes, aspectos de continuidade ou descontinuidade no argumento do político em diferentes fases da vida ou ambientes de fala.

As publicações em pauta percorrem o período de atuação política mais consistente do político: desde a propaganda republicana de seus tempos de estudante na Faculdade de Direito de São Paulo até sua participação na Constituinte de 1933. Este largo recorte temporal abriga temas diversos, sempre situados no campo mais geral da política. Quanto aos inúmeros ensaios e conferências de Assis Brasil sobre agricultura, distantes dos propósitos desta publicação, foram excluídos. A eles o político – e também agrônomo e criador de cavalos – ocupou-se quase exclusivamente ao longo da década de 1910, quando se nota decréscimo significativo de suas manifestações públicas de natureza política.

Aqueles que optarem por uma leitura cronológica do material poderão notar alguma oscilação no argumento do autor entre a defesa das instituições e da revolução. Na sua extensa trajetória política, identifiquei quatro *tempos* do discurso, pontuados por marcos da história nacional, mas não só. Suas visões sobre a República escapam por vezes à cronologia institucional e às ondas interpretativas da sua geração intelectual. Instalado o novo regime, por exemplo, o político gaúcho resiste ao lamento geral e insiste nas vantagens da experiência, embora reconheça a distância entre a República de fato e aquela imaginada pela propaganda em tempos do Império. O seu ideal de República não ofusca o apreço pela República possível.

Os *tempos* mencionados organizam as seções da coletânea. O primeiro deles, que intitulei *Crítica do Império e Imaginação da República*, reúne os discursos do jovem Assis Brasil. A conferência de abertura, *O Oportunismo e a Revolução*, foi pronunciada no Clube Acadêmico, fundado por ele junta a outros colegas de geração – entre eles, Júlio de Castilhos. Trata-se de uma bela introdução ao talento retórico de Assis Brasil, com marcas da exaltação de um jovem conferencista em ambiente estudantil. Cinco anos mais tarde, na condição de único parlamentar eleito pelo recém criado Partido Republicano Rio-grandense, Assis Brasil mantém a força da crítica à Monarquia em memorável debate com Silveira Martins, tido por ele próprio como

“gigante da eloquência”. Nesta antologia, a conferência de estudante é seguida de duas intervenções no cenário legislativo do Rio Grande do Sul, em 20 de novembro e 8 de dezembro de 1885, já na condição de deputado provincial. Embora a tribuna pareça inspirar alguma moderação na sua fala, não há prejuízo do tom radical de seu discurso, mesmo diante de uma figura madura e experimentada como o líder federalista mencionado. Nos ambientes estudantil e parlamentar Assis Brasil pronunciou a denúncia da Monarquia como artifício inorgânico, estranho à tradição e à vocação política do povo brasileiro. Não haveria no país, como havia na Inglaterra, distinção natural entre povo e nobreza. Seríamos um coletivo de iguais, vocacionados para a experiência republicana e democrática. Nesta perspectiva, a condição precária de vida dos homens comuns era responsabilidade do regime político. Atentos aos interesses de corpo, os homens públicos da Monarquia seriam alheios ao interesse comum. Esta matriz viciosa seria ainda acrescida da inadequação do modelo centralista. Em um país extenso como o Brasil, apenas uma administração federalista, sensível às particularidades locais, poderia garantir unidade na variedade do povo. No médio e longo termo, essa seria a condição da inteireza do território nacional.

A segunda seção do livro, *República: diagnóstico e ajustes*, reúne manifestações públicas em que Assis Brasil resiste ao desencanto com a República. No seu discurso, o diagnóstico da distância entre a imaginação e a experiência do novo regime não produz lamento, mas inspiração para o ajuste. Mesmo aquém de suas possibilidades, a República seria mais vantajosa que a Monarquia. Para o político, os problemas identificados não são inerentes ao modelo, mas resultado das circunstâncias.

Este segmento da coletânea inicia-se com uma seleção das intervenções do político na Constituinte de 1891, o que inclui dois discursos que versam sobre a questão federativa e sobre a dissidência gaúcha em torno do tema, além de carta de renúncia ao ofício parlamentar, com esclarecimento de motivos¹. Em seguida, o leitor tem acesso à conferência *As maiores urgências do Estado*, em que Assis Brasil associa seu otimismo republicano a um forte sentido regionalista de tratamento do problema político. Mais uma conferência, *A Situação*, pronunciada na Biblioteca Pública Pelotense, explicita sua tese da vantagem comparada da República

¹ Na controversa eleição do Marechal Deodoro pelo corpo parlamentar instituído, Assis Brasil declarou seu voto vencido em Prudente de Moraes e considerou rompido o seu vínculo de representação com o povo, resignado diante do resultado do pleito. Diante deste cenário, estariam suspensas suas condições de permanência no cargo.

relativamente à Monarquia. Em seguida, no discurso de lançamento do Partido Republicano Democrático, o político manifesta os termos do seu desacordo com Júlio de Castilhos. Trata-se de uma peça chave da crítica liberal ao autoritarismo castilhista. Por fim, em conferência pública dirigida à Liga da Defesa Nacional, intitulada *Ideia de Pátria*, o político pontua seu panorama sobre a situação nacional com reflexões sobre os temas da liberdade e da igualdade.

A terceira seção da coletânea, intitulada *Entre anistia e revolução: crítica à República de fato*, é a mais enxuta e vigorosa. Nota-se uma mudança significativa de tom relativamente ao otimismo institucional que expressou nos primeiros anos do novo regime. Neste momento, o político considera extinto o tempo mal sucedido de acomodação e ajuste. Seria hora de dotar a República de substância republicana. Seu discurso adquire um forte sentido de urgência. Em idade madura e já com longa experiência na diplomacia, trata a revolução como necessidade histórica. Ao longo de sua biografia política, os discursos de reforma e revolução alternam-se conforme sua avaliação das circunstâncias. Não há, na sua perspectiva, um princípio imutável capaz de orientar os meios para a política. Em *A Aliança Libertadora ao País*, Assis Brasil expressa apelo pela mutação funda das bases de reprodução da política. Naquela oportunidade, a revolução parece ser o caminho oportuno. Na Câmara dos Deputados, em 2 de junho de 1927, seu discurso mantém o mesmo tom, apesar de sinais de reconhecimento da ordem política formal.

A última seção da coletânea é nomeada *A República depois da Revolução*. A despeito dos sinais de insatisfação com os caminhos da revolução, sua fala perdeu o vigor normativo. No discurso que pronuncia ao receber uma homenagem – em local e data precisa desconhecidos no ano de 1931 – e nos discursos que marcaram sua participação na constituinte de 1933, a crítica arrefeceu. Menos afeito à consideração de fatos específicos da política, dedica-se à reflexão mais geral sobre a relação entre os homens e a história e também à imaginação de um modelo especificamente brasileiro de organização da vida pública. No tratamento desta questão, recupera os argumentos do seu *Do Governo Presidencial na República Brasileira*, de 1896. A menção a texto de juventude, já no final da vida, ilustra importante linha de continuidade de suas posições diante de temas chave da vida pública.

Na trajetória pública de Assis Brasil, as flutuações de opinião não alteram as bases de seu pensamento sobre a política. Nos discursos de juventude e maturidade, o

político preserva, entre outros, a suposição de caminhos necessários da história. Nesta perspectiva, de herança positivista, a eventual oposição dos operadores da política ao curso natural dos acontecimentos não tem a força da permanência; é transitória por excelência. Os descaminhos são efêmeros e passíveis de correção pela reforma das leis, das instituições e dos homens. No limite, os processos de reforma podem assumir a forma da revolução. Sua noção de justiça não se baseia exclusivamente no acordo dos homens, mas também – e de modo tenso – em uma concepção anterior de verdade que transcende a experiência mas não prescinde dela. Neste sentido, toda lei que colide com os caminhos naturais da história prorroga uma deformação e está fadada à superação – por vias formais ou extra formais de alteração das bases de organização da vida pública.

A premissa de autonomia do devir histórico constitui, portanto, limite fundamental à criação dos homens. Apesar disso, são eles que imprimem movimento à história e a eles cabe a sensibilidade para a boa condução da política. Sem extrapolar as molduras da história, o povo exerce arbítrio sobre seu destino. Na fala de Assis Brasil, a recusa do discurso demofóbico não implica na versão avessa de um espontaneísmo social que independe das esferas formais da política. Muito pelo contrário, diante de um tecido social pouco ou nada coeso, Assis Brasil evoca a precedência necessária da ação política, que para ele assume forma concreta na ação dos homens de Estado. Quando estes contornam o vício particularista e empreendem ação virtuosa, desinteressada, estabelecem as condições para a criação de um povo que supera o aspecto amorfo, desordenado. Nesta perspectiva, o Estado inicia um movimento de incremento cívico que tem o exercício democrático da política como *telos*. Apesar da iniciativa política concentrada nos operadores formais da política, Assis Brasil não supunha um movimento de mão única do governo em relação ao povo, mas, em tempo mais avançado, uma dinâmica de recíproca determinação entre ambos.

O lugar do povo na política era definido pelo intelectual em sintonia com a premissa progressiva e cumulativa da pedagogia. O exercício político implicaria tentativas e erros sucessivos até o alcance de uma situação mais estável e menos suscetível à queda. Nesta perspectiva, a experimentação é a condição do

aperfeiçoamento; o acerto político é o corolário dos desacertos.² Ainda que o mau governo fosse o destino inexorável dos homens que empreendem o voto desqualificado, a exposição a este infortúnio acolhe a possibilidade de conversão moral dos eleitores e seus governos. A qualidade do governo deverá evoluir, portanto, na medida da prática eleitoral, desde que garantida a lisura das rotinas do voto.

Importante sublinhar que o exercício eleitoral de cidadãos ainda pouco qualificados para a vida pública não prescinde da presença forte do Estado. O homem comum seria, a um só tempo, sujeito e objeto da representação política. Este modelo híbrido assenta-se na dupla expectativa de participação política dos cidadãos e ação modeladora do Estado. Diante do cenário desolador da cena social na Primeira República, o povo não é enxergado como sujeito autônomo, capaz de superar a condição do seu infortúnio. Apesar disso, sobre ele não recai a aversão usual entre as primeiras gerações republicanas.

Neste sentido, a narrativa de Assis Brasil sobre o atraso da sociedade no país destoa fortemente da visão de Oliveira Vianna sobre o mesmo tema, que pautou influente matriz de interpretação da condição nacional à época. Para o intelectual fluminense, a República, no Brasil, teria fundado o abismo entre normas e práticas da política. Nesta perspectiva, a geração de constituintes de 1891, insensível à realidade do povo, mimetizou cenários legais e institucionais inadequados às necessidades de desenvolvimento nacional. O novo regime teria nascido do encantamento irrefletido com sociedades estrangeiras e seus arranjos formais de poder. No Brasil, o espírito clânico, alheio a todo sentido de público e ideia de Estado, marcou as primeiras experiências de sociabilidade do povo. Nesta perspectiva, o obstáculo à vida moderna tinha profundas raízes cultural e social. Embora Vianna indique a formação de um Estado forte e centralizador como meio de superação do atraso, sua obra traz a marca forte do lamento pela realidade sociológica.

A reflexão de Assis Brasil, por contraste, sublinha o que seria uma alma igualitária do povo brasileiro, afinada com os demais povos das Américas. No Brasil,

² Assis Brasil expressa claramente essa ideia quando diz: “É lamentável; mas é preciso reconhecer e respeitar no povo até a liberdade de se dar ruins instituições e de instituir maus governos. É pelo preço de duras experiências que ele adquire e consolida capacidade para fazer bom uso da sua emancipação, tal qual acontece com os indivíduos, que são as suas moléculas. Sem liberdade, todos os progressos são precários, instáveis, passageiros. A liberdade pode trazer – e traz inevitavelmente – tribulações e sofrimentos, mas ainda é o único estado digno e útil, para o homem, o cidadão e a comunidade.” Assis Brasil, *Democracia representativa: do voto e da maneira de votar*, Brasília: Senado Federal, p. 194.

todos os sinais de distinção entre os homens eram estranhos à sua disposição natural e não alcançaram sedimento na tradição. Na Monarquia, os títulos nobiliárquicos foram feitos peças de comércio, esvaziadas de conteúdo simbólico. A índole nacional era republicana e democrática, embora outrora ofuscada pela inadequação das instituições monárquicas e, nos tempos que corriam, pelo particularismo vicioso dos homens públicos em situação de poder. Para converter a potência democrática do povo na prática social da democracia, Assis Brasil identificava a necessidade de um operador externo: o Estado. Isto é, a ação formal da política deveria preceder a ação social e, deste modo, criar condições para sua organização. Sendo os homens “filhos das circunstâncias”, alteradas as circunstâncias, estavam dadas as condições de alteração dos homens.

Esta antologia não teria sido possível sem a dedicação de Aline Martins Martello, Ana Carolina Rabelo, Claudia Boccia, Maria Nilda Moreira dos Santos, Naiara Alves e Verônica Moreira dos Santos Pires, que se envolveram em minucioso e paciente trabalho de digitação e revisão. O empenho desta equipe em decifrar os originais foi fundamental para que este trabalho tenha se concluído. Vale notar que o português foi atualizado e que a rigorosa semelhança com originais foi por vezes comprometida por fragmentos ilegíveis. Devidamente assinalados ao longo do livro, não significam maior prejuízo da leitura. Por fim, faço registrar meu agradecimento a Renato Lessa, entusiasta deste projeto editorial desde o princípio.